

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
DESINDUSTRIALIZAÇÃO, CRISE FINANCEIRA E DESGASTE ALIANÇA DE CLASSES DESENVOLVIMENTISTA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Sydenham Lourenço Neto	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Professor Associado
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Quando o mundo passou pela crise financeira de 2008, que começou no setor de financiamento imobiliário, mas se espalhou para boa parte do sistema financeiro mundial, o Brasil parecia estar numa posição privilegiada. Nos anos imediatamente anteriores experimentamos um crescimento considerável do Produto Interno Bruto ao mesmo tempo em que diminuimos a brutal desigualdade social do país. O governo Lula parecia ter alcançado a fórmula de um desenvolvimento distributivo que contemplava os interesses do grande capital, da indústria, do agronegócio, mas também dos trabalhadores e grupos populares.</p> <p>Contudo, alguns limites do modelo já eram perceptíveis mesmo antes da crise. Desindustrialização, concentração empresarial, consumo baseado em endividamento. O modelo que sustentou a aliança de classes neodesenvolvimentista dificilmente poderia se manter no longo prazo.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Desindustrialização, Crise Financeira, Aliança de Classes			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>When the world went through the 2008 financial crisis, which began in the housing finance sector, but has spread to much of the world financial system, Brazil appeared to be in a privileged position. In the preceding years, Brazil experienced considerable growth in gross domestic product at the same time decrease the brutal social inequality in the country. The Lula government seemed to have reached a formula of a distributive development which included the interests of big business, industry, agribusiness, but also workers and popular groups.</p> <p>However, some model limits were already noticeable even before the crisis. Deindustrialization, corporate concentration, debt-based consumption. The model that sustained class alliance could hardly keep the long term.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Deindustrialization, Financial Crisis, Class Alliance			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

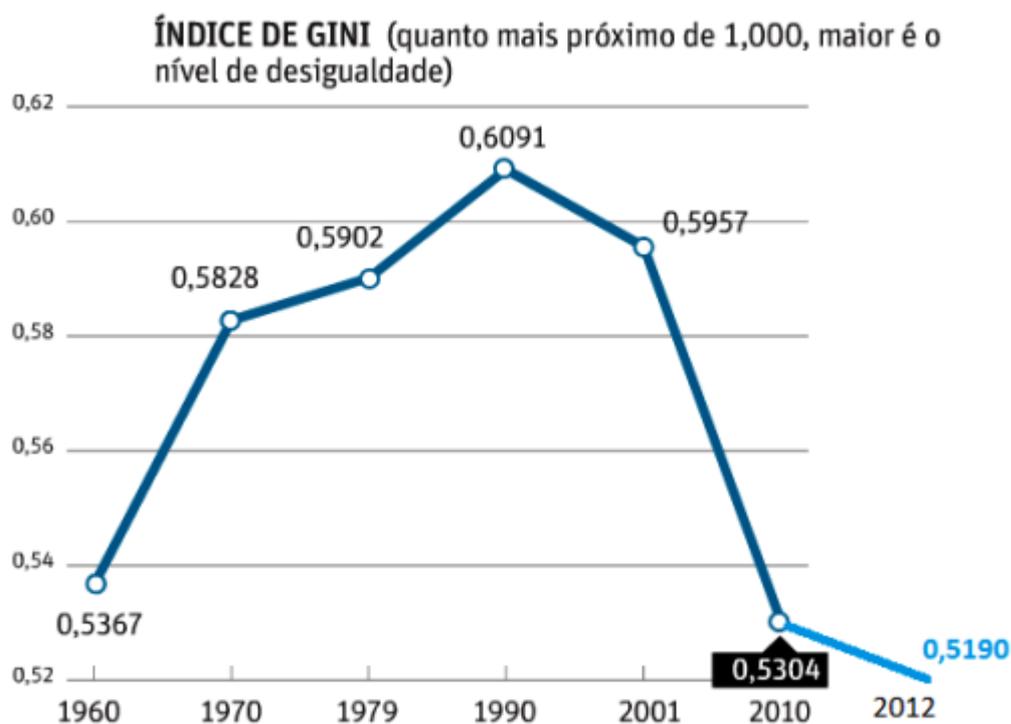
DesIndustrialização, crise financeira e desgaste aliança de classes desenvolvimentista

Quando o mundo passou pela crise financeira de 2008, que começou no setor de financiamento imobiliário, mas se espalhou para boa parte do sistema financeiro mundial, o Brasil parecia estar numa posição privilegiada. Nos anos imediatamente anteriores experimentamos um crescimento considerável do Produto Interno Bruto ao mesmo tempo em que diminuimos a brutal desigualdade social do país. O governo Lula parecia ter alcançado a formula de um desenvolvimento distributivo que contemplava os interesses do grande capital, da indústria, do agronegócio, mas também dos trabalhadores e grupos populares.

Contudo, alguns limites do modelo já eram perceptíveis mesmo antes da crise. Já existiam indícios de desindustrialização convivendo com concentração empresarial o que minou a base de apoio empresarial. O crescimento do emprego baseado no setor de serviços e comércio e o crescimento das exportações baseado na venda de “commodities” tornou o país excessivamente dependente da demanda externa. Portanto, mais vulnerável aos efeitos de crises sistêmicas. Mas, antes de poder esboçar qualquer tipo de conclusão precisamos analisar melhor principalmente dois aspectos da Economia Política recente no Brasil, a distribuição de renda e a desindustrialização.

Distribuição de renda durante os governos do PT

A queda da desigualdade no Brasil iniciou-se em 1994, mas passou por uma forte aceleração após 2002, portanto é difícil negar sua relação com as políticas econômicas adotadas nos governos do PT. Já em 2007, o IPEA lançou um livro com vários estudos dedicados aos muitos aspectos da queda da desigualdade no país (Barros et alli, 2007). Contudo o processo continuou e em 2012 alcançamos o menor Índice de Gini registrado até então. Como é conhecido o índice de Gini é uma medida estatística de desigualdade da distribuição de renda, na qual quanto menor o índice menor é a desigualdade e vice versa. No gráfico abaixo podemos perceber os números da redução:



Fonte: PNAD (IBGE-a 2011)

Os números são inquestionáveis, contudo, sempre se pode discutir os métodos utilizados para chegar até esses números, e métodos diferentes produzem resultados diferentes. Os trabalhos de Thomas Piketty revolucionaram os estudos sobre desigualdade na medida em que concentrou seus dados no chamado topo da riqueza. Estudos sobre os efeitos das políticas social democratas na distribuição de renda afirmavam que um dos seus resultados era uma melhoria das condições de desigualdade com uma maior incorporação das classes trabalhadoras ao circuito de consumo (Przeworski, 1985) (Beaud, 1987). Segundo Piketty (2014) os dados utilizados por esses e outros estudos eram por demais agregados, concentrando a pesquisa no topo dos mais ricos, o famoso 1%, o resultado é bem diferente, o que se percebe é um contínuo crescimento da apropriação da riqueza por parte desse segmento, algo que se aprofunda em contexto de crise. Recentemente pesquisadores brasileiros utilizando uma metodologia semelhante a utilizada por Piketty, demonstraram que no Brasil a redução da desigualdade não foi geral. As conclusões são tão contundentes que merecem uma citação mais longa:

“Neste artigo apresentaram-se as primeiras estimativas para a concentração de renda entre os mais ricos no Brasil calculadas a partir das declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física. Calcularam-se, para o período de 2006 a 2012, as frações da renda total apropriadas pelo 0,1%, pelo 1% e pelos 5% mais ricos e

compararam-se os resultados com os das principais pesquisas domiciliares brasileiras, as PNADs, a POF e os Censos.

A principal conclusão é de que a concentração de renda entre os mais ricos é, de acordo com os dados tributários, substancialmente maior do que a estimada pelos levantamentos domiciliares, sem que tenha havido tendência de queda nos últimos anos. Em média, entre 2006 e 2012, o 1% mais rico do Brasil se apropriou de pouco menos de 25% da renda total, sendo que o 0,1% mais rico, por si só, ficou com 11%. A desigualdade entre os mais ricos também é maior nos dados tributários do que nas pesquisas domiciliares. Nossos dados permitem assegurar que os mais ricos são resistentes à queda da desigualdade que foi observada nos levantamentos domiciliares. (Medeiros et alli, 2015)”.

O fato de que os mais pobres tiveram um inquestionável crescimento de suas rendas mas o topo dos ricos não sofreu sequer uma redução relativa de riqueza diz muito sobre como funcionam os mecanismos de distribuição de renda nos governos do PT. O crescimento da renda dos mais pobres em conjunto com o crescimento da renda dos muito ricos indica que o setor intermediário provavelmente sofreu pelo menos uma redução relativa de renda, mas indica também um modelo distributivo que só pode funcionar em condições de crescimento. Temos aqui uma anatomia da conciliação de classes, que permitiu ao PT obter contínuos resultados eleitorais favoráveis nas zonas mais pobres do país, mas também manter um razoável apoio entre o empresariado e o agronegócio.

O apoio do empresariado às políticas econômicas do PT pode ser mapeado desde antes da primeira eleição de Luis Inácio Lula da Silva. Já no último mandato de Fernando Henrique Cardoso, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) se caracterizou por apoiar algumas das propostas da chamada agenda neoliberal, como a reforma trabalhista e a reforma da previdência, mas criticar outros pontos, como “a exagerada abertura da economia” sem a contrapartida de uma política industrial nacional. O que só pode ser entendido como um lamento pelo redução dos investimentos diretos do Estado. Em agosto de 1998, Horácio Piva Lafer, candidato apoiado por Moreira Ferreira, elegeu-se presidente da FIESP/CIESP. A gestão de Horácio Lafer a frente da FIESP foi marcada por uma maior contundência nas críticas à política econômica do governo federal, à época sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) . Particularmente quatro aspectos sofreram pesadas críticas da entidade: a) a política de juros altos, b) a alta carga tributária, c) o baixo investimento público, d) a abertura externa da economia. Essas críticas chegaram a gerar uma divergência pública entre o presidente da FIESP e seu primo Celso Lafer que era ministro das relações exteriores do governo de Fernando Henrique Cardoso, por

ocasião da negociação para criação da tarifa externa comum para eletrodomésticos com a Argentina.

Nas eleições de 2002, ao contrário do que havia acontecido no passado, a FIESP fez questão de deixar claro que não se colocaria antecipadamente em oposição a nenhum dos candidatos, e chegou a publicamente saldar o compromisso assumido por Luis Inácio Lula da Silva de manter a estabilidade econômica e aumentar os investimentos públicos.

Em 2004, a FIESP passou pela mais acirrada eleição de sua história, representando a situação Cláudio Vaz se lançou candidato enfrentando o opositor Paulo Skaf. O candidato da oposição venceu na FIESP, mas perdeu a eleição para Cláudio Vaz na CIESP. Rompendo com uma longa tradição, as duas entidades passaram a ter presidentes diferentes. O pleito foi tão acirrado que chegaram a surgir denúncias públicas de compra de votos por parte da chapa situacionista.

Em 2009, Paulo Skaf, ainda presidente da FIESP se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e se lançou candidato para as eleições de 2010. Tivemos então inusitada situação de encontrar um presidente da FIESP na base de apoio do governo Petista. Numa clara demonstração de que a FIESP considera a política do governo Lula, com a redução dos juros e o lançamento de programas de investimento direto, mas adequada aos seus interesses. Não podemos descartar também que a atual posição da FIESP possa refletir o forte entrelaçamento do grande capital nacional com os fundos de pensão e o BNDE. Outro indicio nesse sentido apareceu quando 12 associações empresariais, todas ligadas à indústria pesada e ao setor de infra-estrutura, mandaram publicar nos principais jornais do país um documento intitulado “Em defesa do investimento” . A tese defendida no documento é a de que o BNDES vem tendo um papel fundamental no financiamento da indústria brasileira e que por isso mesmo vem sofrendo um ataque de economistas e jornalistas ligados ao sistema financeiro. Cabe citar o início do documento:

“As entidades signatárias deste documento se vêem na obrigação de vir a público para se posicionarem firmemente em relação aos ataques sofridos pelo BNDES, que ganharam vulto nas últimas semanas. Os responsáveis por esses ataques são os que sempre defenderam as idéias do pensamento econômico que prevaleceu nas últimas décadas, que levou o mundo à maior crise econômica dos últimos oitenta anos.” É fácil perceber uma crítica direta a agenda neoliberal e seus defensores, identificados entre economistas, jornalistas e representantes do sistema financeiro. Esse documento, que recebeu muitas críticas na grande mídia logo assim que foi lançado, mas rapidamente foi esquecido, demonstra que para algumas grandes empresas, notadamente do setor de infraestrutura o BNDE

funciona como o principal financiador e o Estado ainda é o principal estimulador dos investimentos.”

Quanto ao apoio do agronegócio, representado principalmente na Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), podemos dizer que ele se tornou mais explícito no segundo mandato de Lula. Em 2008 a Senadora Kátia Abreu, conhecida líder do setor, foi eleita presidente da CNA. A Senadora, embora tenha construído uma carreira política em partidos de direita, como o PFL e o DEM, se filiou em 2011 ao recém fundado PSD que fazia parte da base de apoio do governo de Dilma Roussef. Dois anos depois, Kátia Abreu se filiou ao PMDB, partido do vice-presidente, e no segundo mandato de Dilma Roussef chegou ao cargo de Ministra da Agricultura, consolidando a aliança entre a CNA e o governo federal.

Grandes latifundiários e grandes empresários certamente compõem pelo menos uma parte expressiva do topo dos mais ricos. Como vimos nos estudos citados, mesmo com a redução geral da desigualdade esse segmento não perdeu participação relativa na riqueza, ao contrário. Contudo, especialmente o empresariado industrial tem motivos de preocupação. Se não forma vítimas da redistribuição de renda foram fortemente afetados pela desindustrialização experimentada pelo país.

Desindustrialização no Brasil

A desindustrialização no Brasil é um fenômeno que pode ser identificado desde a década de 1990, mas que se acelerou no século XXI. Mas, antes de seguirmos analisando o tema é preciso estabelecer conceitualmente o significado de desindustrialização. Segundo Rowthorn e Ramaswamy (1999) desindustrialização consiste numa redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Já segundo Tregenna (2009) para caracterizar uma desindustrialização precisamos verificar a participação relativa tanto do emprego industrial como do valor adicionado da indústria, observando em ambos uma redução proporcional do emprego total e do PIB, respectivamente.

Assim, se no primeiro conceito temos um dado absoluto, menos trabalhadores nas indústrias, no segundo caso pode estar ocorrendo um aumento do trabalho e da produção industrial, mas em patamares menores do que os dos outros setores da economia. Porém, mesmo com essa diferença, tomando um ou outro conceito, é aceito que os países desenvolvidos passaram por um forte processo de desindustrialização a partir dos anos 1970, inclusive com a transferência de indústrias

para países periféricos. A América Latina, por outro lado, teria experimentado esse processo principalmente da década de 1990 (Oreiro & Feijó, 2010).

A expansão generalizada do processo de desindustrialização leva alguns economistas ortodoxos a considerar o mesmo como uma “evolução natural”, inclusive porque para a riqueza nacional não faria diferença a geração de valor na indústria ou em outros setores. Para a tradição marxista e desenvolvimentista de modo geral a indústria é o setor produtivo propriamente dito, e, além disso, ter uma produção industrial razoável é importante para a autonomia de uma nação, com reflexos, inclusive, sobre a sua soberania. Neste sentido, seja qual for a causa da desindustrialização o fenômeno justifica preocupações.

Para aqueles que não acreditam na naturalidade do fenômeno, derivada da expansão do próprio capitalismo globalizado, e até mesmo do aumento da renda da população (Rowthorn & Ramaswamy, (1999) vale a pena discutir as causas da desindustrialização. Dentre as causas são apontadas principalmente a falta de uma política industrial, a falta de uma política comercial adequada (Gonçalves, 2011), política cambial equivocada e doença holandesa (Pereira e Marconi, 2010). As duas primeiras causas podem ser encaradas como problemas de gestão, neste sentido é interessante a crítica de Reinaldo Gonçalves (2011), é consensual que o governo Fernando Henrique Cardoso não privilegiou o desenvolvimento industrial, como vimos, até mesmo a FIESP criticou a política econômica adotada no período, mas, o autor também questiona o propalado desenvolvimentismo dos governos do PT. Segundo o mesmo, tanto a política industrial incipiente quando a política cambial equivocada, que continuou sobrevalorizando o Real, provocaram uma “desubstituição de importação” que contribuiu para a reprimarização da economia.

A doença holandesa e seus efeitos cambiais são um fenômeno mais estrutural que em parte independe de ações governamentais. Mas, para discutir a existência do fenômeno no Brasil é necessário apresentar a história do conceito. O principal autor que identificou o fenômeno da doença holandesa e foi responsável por nomeá-la foi Corden (1984), o mesmo verificou que a Holanda nos anos 1960 e 1970 passou por uma redução no seu setor industrial, ao mesmo tempo em que houve um aumento da renda nacional provocado pela exploração do gás natural descoberto em seu território nos anos 1960. A renda gerada pelo gás exportado produziu uma valorização cambial, com isso, os fatores de produção internos encareceram ao mesmo tempo em que o poder de consumo de importados aumentou. Desse modo, muitas indústrias preferiram migrar para países onde os fatores de produção, principalmente o trabalho, eram mais baratos e a Holanda foi se tornando uma nação importadora de bens indústrias. Atualmente, contudo, se verificou que o fenômeno pode acontecer em muitos outros países, em função da descoberta de reservas de

petróleo, minério de ferro, ou até mesmo em função da repentina valorização de uma mercadoria exportável, como o café. Por esse motivo alguns autores preferem usar o termo mais genérico: maldição dos recursos naturais (Veríssimo & Xavier, 2012).

Podemos aplicar o conceito de maldição dos recursos naturais para o Brasil? E nesse caso qual seria a causa? Para Pereira e Marconi (2010) a resposta para a primeira pergunta é positiva, embora para a segunda pergunta os autores não apresentem evidências definitivas. O sinal mais claro da existência da maldição dos recursos naturais no Brasil seria a continua valorização cambial e o aumento da participação das commodities nas exportações brasileiras em detrimento dos produtos manufaturados. Os autores reconhecem que durante o período analisado não houve a descoberta no Brasil de nenhum recurso natural sobrevalorizado, portanto, não existiria um motivo evidente para a ocorrência do fenômeno, na realidade as preocupações quanto a maldição dos recursos naturais só aumentaram a partir da descoberta do pré-sal. Contudo, é possível identificar alguns sinais preocupantes gerados pela reprimarização da economia. Os autores concluem:

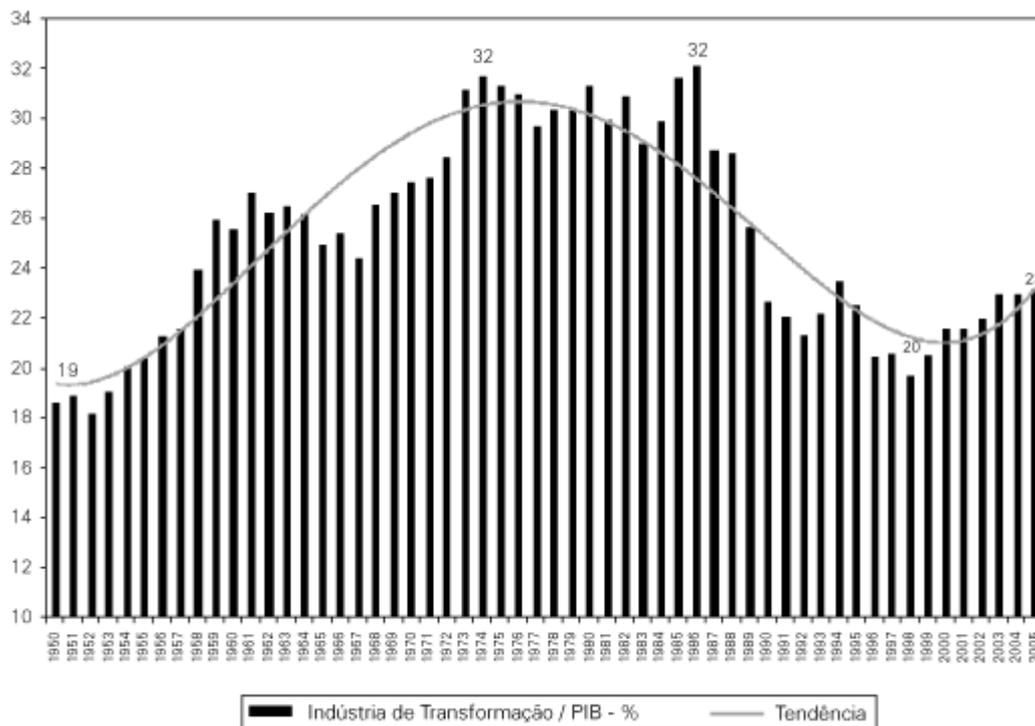
“Os sintomas da doença holandesa que a economia brasileira está sofrendo são os seguintes: a) há uma apreciação da taxa de câmbio, em função do aumento das exportações (mais intenso para as commodities, de 188% na comparação entre 2007 e 2002, que para os manufaturados, de 140% no mesmo período); b) a balança comercial das commodities, ou produtos que geram a doença holandesa, evoluiu positivamente após 1992, enquanto a dos manufaturados (ou produtos que sofrem os efeitos da doença holandesa) sofreu uma retração no mesmo período; c) a evolução da balança comercial de commodities evoluiu de forma desassociada da taxa de câmbio, evidenciando que outros fatores influem no comportamento das vendas e compras externas destes produtos, enquanto a evolução da balança comercial dos manufaturados é fortemente vinculada à da taxa de câmbio, indicando que este setor depende de tal taxa para apresentar resultados positivos no comércio externo; d) os preços e quantum das exportações de commodities cresceram mais que os dos manufaturados; e) houve um aumento da participação das commodities no valor adicionado total; e f) ainda que não tenha havido uma redução da participação do valor adicionado do setor de manufaturados no valor adicionado total da economia, devido à queda que ocorreu na participação dos não-comercializáveis na renda nacional, se consideramos apenas o valor agregado total de bens comercializáveis, houve uma substancial diminuição da participação dos manufaturados comercializáveis.” (Pereira e Marconi, 2010).

Uma leitura atenta dessas conclusões indica que a tese dos autores está baseada na ideia de que nossos produtos primários são menos afetados pelo câmbio sobrevalorizado do que nossos

produtos industriais. Nossa indústria, portanto, é mais carente de incentivo e de uma política de proteção alfandegária que nosso setor primário. Contudo, a pouca vulnerabilidade dos produtos primários só se verifica em épocas de grande expansão econômica mundial. No contexto de crise experimentado desde o final de 2007 verificamos uma queda nos preços e na demanda por bens primários, o que torna a situação ainda mais preocupante. O país teria se desindustrializado e com isso se tornou mais vulnerável às consequências de uma crise mundial.

Neste sentido é interessante verificar mais detidamente as conclusões de (Oreiro & Feijó, 2010). Os autores levantaram dados até 2005 que colocariam em dúvida a existência da maldição dos recursos naturais no Brasil, uma vez poderíamos verificar uma retração da tendência de diminuição da participação da Indústria no PIB no período entre 1999 e 2005, como pode ser verificado na tabela abaixo:

Figura 1: Brasil - Participação da Indústria de Transformação no PIB - %



Fonte: Almeida (2006).

Os mesmos autores, contudo, analisando dados mais recentes sinalizam para a existência de dados que mostram “sinais inquietantes da ocorrência de "doença holandesa", ou seja, de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio que resulta da valorização dos preços das *commodities* e dos recursos naturais no mercado internacional.” (Oreiro & Feijó, 2010).

Sendo assim, podemos dizer que até mesmo alguns críticos da ideia da existência de uma maldição dos recursos naturais no Brasil acabam admitindo a existência de problemas no nosso setor industrial. A questão que permanece é que o fenômeno estaria ocorrendo muito antes da descoberta e exploração do pré-sal, portanto, não pode ser justificado pela descoberta de uma mercadoria exportável sobrevalorizada. Na ausência dessa explicação clássica permanece a questão da taxa cambial sobrevalorizada, política adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso para combater a inflação, que foi flexibilizada no governo de Lula com a adoção das bandas cambiais, o que pode ajudar a explicar a relativa recuperação do setor industrial no período 2002-2005, mas não teria sido flexibilizada de forma suficiente. Além disso, é preciso lembrar que mesmo que um relativo recuo das taxas de juros durante os governos do PT quando comparados ao governo de Fernando Henrique Cardoso elas permaneceram em um patamar muito elevado, e juros internos altos ajudam a atrair capital estrangeiro especulativo o que pressiona a valorização da moeda nacional. Nossa hipótese, portanto, é de que a maldição dos recursos naturais no Brasil não é de tipo clássico, provocada pela exploração de uma mercadoria exportável sobrevalorizada, ela foi provocada principalmente por uma política governamental que mantém o câmbio sobrevalorizado e os juros altos em comparação com outros países.

Com a crise de 2007 os equívocos de nossa política econômica se mostraram mais destrutivos, na medida em que a maioria dos países buscou reduzir o valor de suas moedas de modo a garantir vantagens no mercado internacional e as taxas de juros nos EUA e na Europa chegaram a atingir valores negativos, em termos comparativos nossa taxa cambial se valorizou ainda mais e nossa taxa de juros voltou a figurar entre as maiores do mundo. Assim, embora o sistema bancário brasileiro não tenha sido afetado diretamente pela crise de 2007, a mesma provocou mudanças relativas sem reação do governo brasileiro. Tal lentidão está no cerne das nossas atuais dificuldades.

Outra questão importante relativa ao processo de desindustrialização diz respeito ao tipo de emprego majoritário entre os trabalhadores. Nas economias centrais a redução do emprego no setor industrial foi acompanhada por um aumento no setor de serviços, mas também por um considerável aumento nos setores tecnológicos, de alta produtividade. Neste aspecto também temos no Brasil um problema sério, o emprego que se perde na indústria não parece estar sendo substituído por empregos em setores de alta produtividade, mas sim por emprego no comércio. Para visualizar os efeitos do desequilíbrio, a partir de dados coletados por Lira (2013), elaboramos a seguinte tabela comparativa com os Estados Unidos da América, um país que sem dúvida realizou a substituição do emprego industrial pelo emprego em setores de alta tecnologia e produtividade:

Composição média da economia de serviços no Brasil e nos EUA (2006-2010)

	Brasil	EUA
Comércio	60,30	36,80
Serviços de Informação e comunicação	5,34	6,12
Transporte, Armazenagem e Correio	12,94	11,20
Alojamento e Alimentação	10,45	16,78
Atividades Financeiras	5,28	12,68
Serviços Técnicos e científicos	5,69	16,42
Total	100	100

Como se pode perceber pela tabela acima, enquanto nos Estados Unidos da América a queda no emprego industrial significou uma substituição por empregos nos setores financeiros e técnico científico, no Brasil a queda correspondeu a uma substituição por empregos no comércio, um setor de baixa produtividade e que normalmente é o primeiro afetado por crises de demanda. As desindustrializações podem ser de vários tipos, a que se verificou nos Estados Unidos correspondeu a uma transferência de indústrias, especialmente as chamadas indústrias sujas para países periféricos (Hobsbawm, 1991), mas que não significaram a perda do controle sobre a produção porque a geração de capital cognoscível permaneceu nos Estados Unidos, assim como o controle financeiro das atividades. É muito expressiva a quantidade de trabalho empregada no setor técnico

científico nos Estados Unidos, enquanto no Brasil o que chama a atenção é o inchaço do nosso setor comercial.

Não pretendemos argumentar que o setor industrial não foi beneficiado durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Isto seria bastante falso, Sergio Lazarini (2011) demonstrou que durante o governo do PT as injeções de capital do BNDES e dos fundos de pensão, muitos deles controlados por sindicatos ligados ao PT promoveram uma grande concentração de capital, beneficiando enormemente alguns grupos empresariais. Novamente está é um processo que iniciou no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas que não sofreu descontinuidade nos governos do PT, ao contrário se aprofundou. Também é relevante citar que algumas dessas empresas beneficiadas no período se tornaram verdadeiros *global players*, isto é, empresas transnacionais. Representantes de um novo imperialismo, conforme demonstrou Virginia Fontes (2010). Dentre as quais se destaca a Friboi, com 81% de suas receitas aferidas no exterior e 64,6% de sua força de trabalho no exterior (Fontes, 2010, p. 345), em segundo lugar temos a Construtora Odebrecht, com 70.4% de sua receita aferida no exterior e 47% de sua força de trabalho empregada fora do país.

Numa comparação da tabela apresentada por Fontes (2010) com os dados levantados por Lazarini (2011) verificamos a ocorrência de várias interseções. A Friboi especialmente, está entre as empresas que mais foram beneficiadas por empréstimos subvencionados por parte do BNDES e por associações com fundos de pensão. Contudo, nos dados de Lazarini (2011) as empresas financeiras, especialmente o Itaú e o Bradesco aparecem em posições mais destacadas do que na tabela apresentada por Fontes (2010). Ocorre, que as empresas financeiras possuem participação acionárias em grandes grupos industriais, inclusive a Friboi e a Odebrecht, de modo que a diferença entre os resultados pode ser em grande parte explicada pelo fato de que Lazarini investigou o controle acionário das empresas para elencar os grupos mais beneficiados, algo que não aparece nos dados citados por Fontes (2010).

Houve grupos beneficiados, sem dúvida, mas, eles foram poucos, consequência de um forte processo de concentração de capital. O fenômeno ocorreu enquanto grandes grupos empresariais do passado fecharam suas portas. O grupo Villares, por exemplo, chegou a ser um dos mais poderosos do país, foi vendido em 2000 para um grupo espanhol. A Klabin de Horácio Laffer passou por sérias dificuldades, e Paulo Skaf, presidente da FIESP desde 2004 simplesmente não possui nenhuma indústria, uma vez que vendeu sua indústria têxtil ainda no século passado e passou a viver de alugar galpões. Citamos aqui apenas empresários que além de grandes proprietários foram poderosos representantes de classe, presidentes de Associações como a ABDIB (Associação Brasileira da Indústria de Base), a ABIT (Associação Brasileira das Indústrias Têxteis) e da própria

FIESP. É seguro dizer que são lideranças do setor, mas mesmo assim foram economicamente afetadas pelas consequências da desindustrialização.

Conclusão

Em 2002, com a famosa carta aos brasileiros, o PT pretendeu tranquilizar os setores da elite brasileira sobre seus propósitos, afirmando que pretendia respeitar os contratos e não pretendia promover nenhum rompimento brusco da ordem econômica. Inicialmente tal compromisso despertou suspeitas, tanto que o ano de 2002 foi marcado por forte especulação no mercado de ações e no câmbio. Com a pose de Lula, a divulgação de sua equipe econômica e a tomada das primeiras medidas governamentais gradativamente a desconfiança se dissipou. O governo Lula de fato buscou uma política que visava diminuir a desigualdade sem provocar grandes rupturas na ordem econômica. Mais do que isso, em vários aspectos o governo Lula significou uma continuidade em relação ao período do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como, por exemplo, na política de sobre valorização do câmbio, na manutenção de juros proporcionalmente altos e finalmente, no uso do BNDES e dos fundos de pensão para promover a concentração industrial.

O modelo adotado foi chamado por alguns especialistas de política de conciliação de classes (Secco, 2015). Baseado em políticas distributivas para os mais pobres, promoção do consumo através da ampliação do crédito e benefícios para o grande empresariado urbano, rural e financeiro. A crise mundial experimentada a partir do final de 2007, contudo, parece ter inviabilizado a continuidade desse modelo.

Com a crise de 2007 vários países promoveram políticas anticíclicas, baseadas na desvalorização cambial, como forma de incentivar as exportações e na redução dos juros. Para o Brasil, conseqüentemente, em termos relativos, nossos juros ficaram mais altos e nossa tendência para a sobrevalorização cambial, que pode ser percebida desde os anos 1990, se ampliou. A desindustrialização, que parecia ter recuado no período entre 2003 e 2007, muito em função da expansão do consumo das classes populares, voltou a ser uma tendência preocupante.

Os indícios mais recentes do colapso da política de conciliação de classes são a apertada vitória da candidata Dilma Roussef nas eleições de 2014, a perda do apoio das entidades empresariais e a dificuldade em manter uma base parlamentar sólida no Congresso. Partidos que teoricamente estão na base de sustentação do governo como o PMDB, do vice presidente, e o PROS, votaram contra o governo em questões importantes como o projeto de lei da terceirização, a redução da maioria penal, a extinção do fator previdenciário e a reforma política.

O governo Dilma Roussef parece ter perdido a capacidade de orientar o Congresso e, segundo pesquisas de opinião, recebe apoio cada vez menor da sociedade. Como demonstrado pela sua baixa popularidade. A conclusão geral é que é fácil tentar agradar setores opostos da sociedade em um contexto de expansão, no qual, inclusive, algumas tendências preocupantes, como a sobrevalorização cambial, podem ficar encoberta. É na crise que as contradições aparecem mais claramente e opções passam a ser necessárias. Tendo a consciência de que opções podem significar escolher entre vencedores e perdedores e essas escolhas tem consequências, políticas e econômicas.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Ricardo Paes de, FOGUEL. Miguel Nathan (2006). Desigualdade de renda no Brasil : uma análise da queda recente / organizadores:. – Brasília: Ipea, 2 v.

BEAUD, Michael. (1987). A Historia do Capitalismo De 1500 Até Nossos Dias. São Paulo:. Editora Brasiliense.

BRESSER-PEREIRA, L. C. ; MARCONI, Nelson (2010) . Existe doença holandesa no Brasil ?. In: Luiz Carlos Bresser Pereira. (Org.). Doença holandesa e indústria. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FONTES, V. (2010). O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ.

[Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S0101-31572010000200003.

HOBBSBAWN, Eric (1991). A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras..

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de e CASTRO, Fábio Avila de (2015). O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). *Dados* [online]. Vol.58, n.1, pp. 7-36 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201537>

LIRA, F. R. F. T. (2013) . Desindustrialização no Brasil: mudança estrutural ou doença holandesa?. Revista Economia & Tecnologia , v. 9, p. 19-34

OREIRO, José Luis, & FEIJÓ, Carmem A.. (2010). Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, 30(2), 219-232.

PRZEWORSKI, A. (1985). *Capitalism arad social democracy*. Cambridge, Eng., Cambridge of University Press.

SECCO, L. (2015). História do PT. São Paulo: 4. ed. Cotia: Ateliê.

VERÍSSIMO, M. P. ; XAVIER, Clésio Lourenço . Tipos de Commodities, Taxa de Câmbio e Crescimento Econômico: Evidências da Maldição dos Recursos Naturais para o Brasil (2012). In: 40º Encontro Nacional de Economia ANPEC, Porto de Galinhas. 40º Encontro Nacional de Economia ANPEC, v. 1.